

CAESAR DE PAÇO, CEO DA SUMMIT NUTRITIONALS

“As tarifas são um instrumento legítimo de defesa económica”

O gestor e empresário radicado nos EUA, e CEO da Summit Nutritionals, Caesar de Paço, assume alguns dos princípios que hoje sustentam a política do Presidente Donald Trump. O gestor refere que as tarifas alfandegárias “são um instrumento legítimo de defesa económica e não uma penalização para o consumidor”. Sobre a Europa, refere que o parceiro económico está paralisado “por uma teia burocrática, politicamente fragmentada e moralmente hesitante”. Por último, acredita que “a globalização desenfreada e sem fronteiras está a desmoronar-se”.

VITOR NORINHA
vitornorinha@vidaeconomica.pt

Vida Económica – A história das taxas alfandegárias e eventuais repercussões a nível de inflação está a ser compreendida pelos norte-americanos?

Caesar de Paço – Sim, e cada vez com maior clareza. A propaganda segundo a qual as tarifas provocariam inflação foi construída por elites globalistas que enriqueceram com a deslocalização da produção e o empobrecimento das classes médias. O Presidente Trump demonstrou que as tarifas são um instrumento legítimo de defesa económica e não uma penalização para o consumidor. Pagar menos por produtos fabricados por mão de obra explorada não é progresso, mas decadência. A América e a Europa começam a perceber que o protecionismo racional é uma forma de soberania e não de atraso.

VE – O que significam as exigências de maiores taxas alfandegárias? A necessidade de reequilibrar as contas públicas norte-americanas?

CP – As tarifas não têm como finalidade primeira o reequilíbrio orçamental, mas sim a defesa da economia nacional. Corrigem injustiças históricas e combatem a concorrência desleal de países que exploram mão de obra e violam normas básicas de produção. Naturalmente, ao recuperar a indústria e proteger o emprego, amplia-se a base tributária e alivia-se a carga sobre o Estado. Portanto, as tarifas não são um imposto, mas um ato de soberania económica.

VE – Por que é mais difícil negociar com a Europa do que com a China a nível de taxas alfandegárias?

CP – Porque a Europa está hoje paralisada por uma teia burocrática pesada, politicamente fragmentada e moralmente hesitante. A China, embora autoritá-



“A América e a Europa começam a perceber que o protecionismo racional é uma forma de soberania e não de atraso”, afirma Caesar de Paço.

ria, negocia com clareza de objetivos. A Europa, dominada por uma visão pós-nacional, recusa-se a agir com firmeza, preferindo o simbolismo ideológico à defesa concreta dos seus interesses. Os EUA, sob a liderança de Trump, negociam como nação soberana. A Europa, muitas vezes, como entidade indecisa.

VE – O mundo vai deixar de estar globalizado?

CP – Não deixará de estar interligado, mas a globalização desenfreada e sem fronteiras está a desmoronar-se. O que se impõe é uma nova ordem, onde o comércio respeite a soberania e a dignidade das nações. A pandemia e os conflitos recentes demonstraram os riscos da dependência cega. O futuro será de comércio responsável, não de submissão produtiva.

VE – Quais as diferenças entre trabalhar nos EUA e na Europa?

CP – Nos EUA, impera a cultura de mérito, de esforço e de ascensão pelo desempenho. A iniciativa é premiada e o fracasso é tolerado como etapa de crescimento. Na Europa, prevalece ainda uma mentalidade burocrática, que asfixia o mérito e inibe a mobilidade. A estabilidade é valorizada acima da ambição. Trabalhar na América é ser responsável pela própria sorte. Trabalhar na Europa é, muitas vezes, depender do sistema.

VE – Que papel deve ter Portugal na União Europeia?

CP – Portugal deve assumir um papel

de utilidade e sobriedade. Sem protagonismos teatrais, mas com firmeza nos interesses próprios. A sua vocação atlântica, a estabilidade política e a herança diplomática permitem-lhe afirmar-se na segurança marítima, na ciberdefesa e como ponte natural entre a Europa e o espaço lusófono. Portugal deve ser uma voz serena, mas determinada, na preservação da ordem.

Viragem à direita

VE – Em termos políticos, a ascensão

“A ascensão da direita representa a recusa do caos moral”

“As tarifas têm como finalidade primeira a defesa da economia nacional”

da direita na Europa, a par dos EUA, o que significa em termos de mudança sociocultural e económica?

CP – Significa um reencontro com a ordem, com a identidade e com o dever. A ascensão da direita representa a recusa do caos moral, do estatismo improdutivo e da imigração descontrolada. Trata-se de um regresso ao bom senso, à autoridade legítima e ao respeito pela cultura nacional. A nova direita afirma o que sempre foi evidente: fronteiras claras, mérito pessoal e civilização enraizada.

VE – Portugal prepara-se para uma viragem à direita?

CP – Sim. E em boa hora. O povo português começa a rejeitar o relativismo, o assistencialismo e a erosão da autoridade. A insegurança, o colapso dos serviços públicos e a imigração descontrolada criaram um clima de rutura silenciosa. A direita tem hoje a obrigação de resgatar os valores permanentes da nação. Esta viragem não deve ser tática, mas civilizacional. Portugal precisa de reencontro, não de rutura. De verdade, não de promessas. De hierarquia, não de improviso.

VE – Quais os temas políticos e económicos disruptivos que Portugal irá enfrentar nos próximos anos?

CP – Portugal enfrentará desafios sérios: a imigração descontrolada que esvazia o país de talento, o endividamento estrutural que limita a soberania orçamental, a dependência energética que fragiliza a autonomia estratégica, a destruição da indústria produtiva e a insustentabilidade do modelo assistencialista. Só com patriotismo, visão de longo prazo e coragem política será possível inverter este ciclo.

VERSÃO INTEGRAL EM WWW.GRUPOVIDAECONOMICA.PT

Acordo EUA-UE evita guerra comercial mas levanta novas incertezas

A recente assinatura de um acordo comercial entre os Estados Unidos e a União Europeia trouxe um alívio temporário aos mercados, ao evitar uma guerra comercial transatlântica. O pacto, fechado a 27 de julho entre Donald Trump e Ursula von der Leyen, aplica uma tarifa de 15% sobre a maioria das exportações europeias para os EUA, incluindo setores estratégicos como o automóvel e o farmacêutico. Apesar da redução de incerteza, os analistas da Allianz Global Investors alertam para os efeitos colaterais. As novas tarifas são superiores às anteriores e poderão reduzir o PIB da zona euro em 0,5%, pressionando também a inflação e abrindo margem para o BCE baixar as taxas de juro no outono. Do lado dos EUA, o impacto direto é mais limitado, mas o acordo poderá reforçar as

divergências dentro da Reserva Federal quanto à política monetária, caso surjam novas pressões sobre o mercado laboral ou o crescimento. Entre os setores mais afetados estão a indústria automóvel europeia, devido ao aumento de custos e possível perda de quota de mercado. Já o setor aeroespacial sai beneficiado por estar isento das tarifas, com destaque para os fabricantes dos EUA que dependem de peças europeias. As incertezas sobre os detalhes do acordo, nomeadamente no setor farmacêutico e nos compromissos da UE em energia e defesa, continuam a preocupar os investidores. Ainda assim, o entendimento alcançado representa um passo importante para a estabilidade comercial entre as duas maiores economias ocidentais.